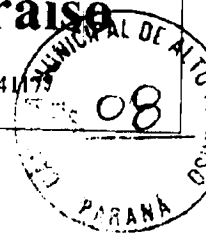




Câmara Municipal de Alto Paraíso

ESTADO DO PARANÁ
Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1849 – FONE/FAX: (044) 664-1171 – (044) 664-1179
CEP 87.528-000 – ALTO PARAÍSO – PR



RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Súmula: Altera e acrescenta dispositivo na Resolução nº 04/2008 de 26.11.2008, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º O artigo 64 da Resolução nº 04/2008 de 26.11.2008, passará a ter a seguinte redação:

Art. 64. Compete à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização opinar, obrigatoriamente sobre os aspectos econômicos, financeiros e especialmente, quanto ao mérito, quando for o caso de:

I - os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e privativamente o projeto do orçamento anual, a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

II - matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias, remissões de dívidas e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município ou repercutam no patrimônio municipal;

III - fixação e atualização dos subsídios do prefeito, vice-prefeito, dos secretários municipais e dos vereadores.

§Único. Compete exclusivamente à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º O artigo 230 da Resolução nº 04/2008 de 26.11.2008, passará a ter a seguinte redação:

Art. 230. Recebidas as Contas prestadas pelo prefeito, pela Entidade de Administração Indireta ou pela Comissão Executiva da Câmara, acompanhadas do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o presidente da Câmara:

I - determinará a leitura sumária em plenário, bem como a publicação do Parecer Prévio do Tribunal de Contas no Diário Oficial do Município;

II - encaminhará o processo de prestação de contas anuais à Comissão de Finanças e Fiscalização, onde permanecerá por sessenta dias, à disposição para exame de qualquer interessado, que poderá questionar-lhes a legitimidade.



Câmara Municipal de Alto Paraíso

ESTADO DO PARANÁ

Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1849 – FONE/FAX: (044) 664-1171 – (044) 664-1177
CEP 87.528-000 – ALTO PARAÍSO – PR

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Art. 3º O artigo 231 da Resolução nº 04/2008 de 26.11.2008, passará a ter a seguinte redação:

Art. 231. Após receber o processo de prestação de contas anuais a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização deliberará pela citação e intimação da autoridade prestadora das contas, para que, querendo, elabore defesa no prazo de 10 (dez) dias;

II- passado o prazo acima, com ou sem apresentação de defesa, a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização terá o prazo de 30 (trinta) dias para emitir o seu parecer sobre as contas anuais do Prefeito;

III – emitido o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal novamente cientificará a autoridade prestadora das contas, para que este tome conhecimento do parecer e, querendo, apresentar suas considerações finais, no prazo de 10 (dez) dias.

IV – encerrado o prazo previsto no inciso anterior, a Câmara Municipal terá 20 (vinte) dias para julgar as contas em sessão e em votação nominal.

V – decorridos os prazos previstos nos incisos anteriores, se a Câmara Municipal ainda não tiver votado as contas, estas deverão ser colocadas na Ordem do Dia da sessão imediatamente posterior, ficando sobrestadas às demais proposições até sua votação final.

VI – o resultado do julgamento será processado sob a forma de Decreto Legislativo, que será promulgado e publicado segundo os preceitos deste Regimento.

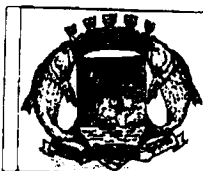
§ 2º. Poderá a Comissão, em fase das questões suscitadas, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes.

§ 3º. Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias, bem como mediante entendimento prévio com o prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 4º O artigo 232 da Resolução nº 04/2008 de 26.11.2008, passará a ter a seguinte redação:

Art. 232. O parecer prévio do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§Único. Se as contas forem rejeitadas, os autos serão imediatamente remetidos ao Ministério Público e à Justiça Eleitoral, para os devidos fins.



Câmara Municipal de Alto Paraíso

ESTADO DO PARANÁ

Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1849 - FONE/FAX: (044) 664-1171 - (044) 6641173
CEP 87.528-000 - ALTO PARAÍSO - PR



Art. 5º O artigo 233 da Resolução nº 04/2008 de 26.11.2008, passará a ter a seguinte redação:

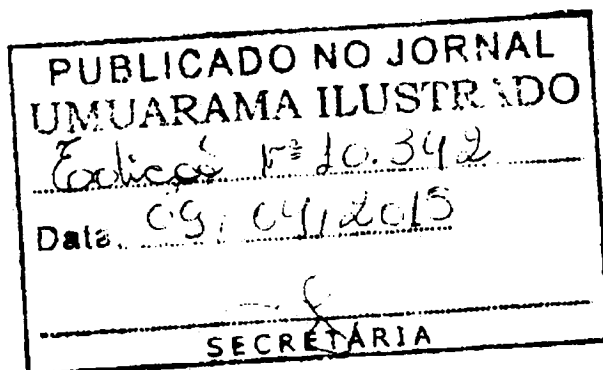
Art. 233. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em trinta minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Alto Paraíso - PR, 07 de ABRIL de 2015.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS
-PRESIDENTE-

TATIANA SILVERIO DOS SANTOS
-1º SECRETARIA-



Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Esperança Nova - PR, 08 de Abril de 2016.
EVERTON BARBIER
Prefeito Municipal

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da publicação em contrário
Papo Municipal de Catarat do Sul. E
de 2015.
ASCANIO ANTONIO DE PAULA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
LEI Nº 708/2015

SUMULA: Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito especial por anulação de dotação no orçamento para 2015, incluso nas despesas orçamentárias para 2015 e incluído no plano pluriannual 2014-2017 do município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aprovou, eu Everton Barbieri, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte:

LEI Nº 708/2015

Art. 1º - Esta Lei autoriza o executivo municipal a efetuar a abertura de crédito especial no orçamento municipal do exercício de 2015, incluso nas despesas orçamentárias para o exercício de 2015 e incluído no Plano Pluriannual de 2014 a 2017 do município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

Art. 2º - Essa O Poder Executivo autorizado a abrir, um crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), mediante a inclusão de rubricas e despesas das dotações orçamentárias.

DESPESA	Org	Unid	Funcional	Programática	Fonte	Recurso	Nomenclatura	Valor	Valor
	03	010	06.244	1110.2.026	000*		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	3.1.99.1150	60.000,00
TOTAL				80.000,00					60.000,00

* 000 - Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente.

Art. 3º - Para a cobertura dos créditos aberto no artigo anterior, serão cancelados total/parcialmente as seguintes dotação orçamentária vigente.

DESPESA	Org	Unid	Funcional	Programática	Fonte	Recurso	Nomenclatura	Valor	Valor
	03	010	06.244	1110.2.026	000*		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	3.3.90.43.00	80.000,00
TOTAL				80.000,00					80.000,00

* 000 - Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esperança Nova - PR 08 de Abril de 2015

EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
LEI Nº 708/2015

SÍNTESE: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito suplementar por anulação de dotação no orçamento para exercício de 2016, incluindo nas diretrizes orçamentárias para 2015 a inclusão no plano plurianual 2014-2017 do município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aprovou o seguinte Projeto de Lei, sancionando e seguindo:

Art. 1º - Esta Lei autoriza o executivo municipal a efetuar a abertura de crédito suplementar no orçamento municipal do exercício de 2016, incluindo nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015 a inclusão no Plano Plurianual de 2014 a 2017 do município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

Art. 2º - Fica O Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias

Orig. Unid. Funcional Programática	Fonte Recurso	Nomenclatura	Categoria Econômica	Valor
03 010 08 244 1110 2 528	000*	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	3.1.90.13.00	18.000,00
TOTAL				18.000,00

000 - Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente.

Art. 3º - Para a cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão cancelados integralmente as seguintes dotação orçamentária vigente.

Orig. Unid. Funcional Programática	Fonte Recurso	Nomenclatura	Categoria Econômica	Valor
03 010 08 244 1110 2 528	000*	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	3.3.90.43.00	18.000,00
TOTAL				18.000,00

000 - Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esperança Nova - PR, 06 de Abril de 2015

EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

ESTADO DO PARANÁ
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2015

Simula Altera e acrescenta dispositivo à Lei Orgânica Municipal de Alto Paraisópolis de outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraisópolis Estado do Paraná, juntamente com os membros da Câmara Municipal da Mesa Diretora, no uso das atribuições conferidas pelo art. 34, IV da Resolução Nº 04/2008 – Regimento Interno, sem contradição, de acordo com o art. 32, Inc. IV, da Lei Orgânica do Município, promulga a Emenda à Lei Orgânica Nº 001/2015 da 09 de março de 2016, da autoria do Poder Legislativo, com o seguinte texto:

Art. 1º O artigo 53 da Lei Orgânica Municipal de Alto Paraisópolis de 01.04.2008, passa a ter a seguinte redação:

Art. 53 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, visando à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder.

Art. 54 O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, compreendendo a apuração das contas do Município, o acompanhamento das atividades administrativas e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos do Município.

Art. 55 As contas do Município, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal, noventa dias após sua publicação no diário oficial do Município, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, desde que justificadamente, mediante a apresentação de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 56 Somente por parecer do órgão emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão:

Art. 57 Rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente remetidas ao Ministério Público para fins de dilação.

Art. 58 As contas relativas à execução dos recursos transferidos pela União e pelo Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor.

Art. 59 O Município suplementará essas contas, sem prejuízo de inclusão na prestação anual de contas.

Art. 2º O artigo 30 da Lei Orgânica Municipal de Alto Paraisópolis de 01.04.2008, passa a ter a seguinte redação:

Art. 30 Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

I – eleger os membros de sua Mesa Diretora;

II – elaborar o Regimento Interno;

III – dispor sobre a sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

V – conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;

VI – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de quinze dias, por necessidade do serviço;

VII – nomear e julgar as contas do Município, deliberando sobre o parecer do Conselho de Contas do Estado;

VIII – declarar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

IX – autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, do interesse do Município;

X – proceder à formação de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando a autoridade da Câmara, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa;

XI – estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XII – convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XIII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os de administração indireta;

XIV – deliberar sobre o adiamento ou a suspensão de suas reuniões;

XV – criar comissão parlamentar de inquérito sobre fatos determinados e prazo certo mediante requerimento de um terço de seus membros;

XVI – conceder título de cidadão honorário, prestar relevantes serviços ao Município ou reconhecer a honraria de cidadão honorário prestado relevantes serviços ao Município ou reconhecer a honraria de cidadão honorário prestado relevantes serviços ao Município ou reconhecer a honraria de cidadão honorário prestado relevantes serviços ao Município ou reconhecer a honraria de cidadão honorário prestado relevantes serviços ao Município;

XVII – solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVIII – julgar o Prefeito e os Vereadores nos casos previstos em lei federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação, restando as disposições em contrário.

Alto Paraisópolis, 07 de abril de 2015

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS TAYLA SILVEIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE 1ª SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 001/2015
3ª Reunião: Altera e acrescenta dispositivo na Resolução nº 04/2006 de 28.11.2006, de outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - O artigo 84 da Resolução nº 04/2006 de 28.11.2006, passará a ter a seguinte redação:

Art. 84 - Compete à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização opinar, obrigatoriamente, sobre os aspectos econômicos, financeiros e especialmente, quanto ao mérito, quando for o caso de:

I - os projetos do plano plurianual, de lei de diretrizes orçamentárias e privativamente do projeto do orçamento anual, a prestação de contas do Exercício e da Mesa da Câmara

II - matérias tributárias, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívidas públicas, anulações, renúncias de dívidas e outras que, direta ou indiretamente, afetem a despesa ou a receita do Município ou faturem no patrimônio municipal.

III - criação e atualização dos subídios do prefeito, Vice-prefeito, dos secretários municipais e dos vereadores.

§ Único - Compete exclusivamente à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º - O artigo 290 de Resolução nº 04/2006 de 28.11.2006, passará a ter a seguinte redação:

Art. 290 - Recebidas as Contas prestadas pelo prefeito, pelo Exatidão da Instrução Instruída ou pela Comissão Executiva da Câmara, encaminhadas do Parecer Privado do Tribunal de Contas do Estado, o presidente da Câmara:

I - determinará a leitura sumária em sessão pública, bem como a publicação do Parecer Privado do Tribunal de Contas do Estado;

II - encaminhará o processo de prestação de contas, após a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, onde permanecerá por sessenta dias, à disposição de qualquer cidadão interessado, que poderá questioná-lo e fazê-lo público;

Art. 3º O artigo 231 da Resolução nº 04/2006 de 28.11.2006, passará a ter a seguinte redação:

Art. 231 - Após receber o processo de prestação de contas anuais a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização deferirá pelo simples e interesse de equidade a prestação das contas, para que, querendo, afixe o debate no prazo de 10 (dez) dias.

II - passado o prazo acima, com ou sem apresentação de defesa, a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização terá o prazo de 30 (trinta) dias para emitir o parecer sobre as contas anuais do Prefeito;

III - emitido o parecer da Comissão de Economia e Orçamento sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal novamente encaminhará a autoridade prestadora das contas, para que este tome conhecimento do parecer a querendo, apresentar suas considerações finais, no prazo de 10 (dez) dias;

IV - encerrado o prazo previsto no inciso anterior, a Câmara Municipal terá 20 (vinte) dias para julgar as contas em sessão e em votação nominal;

V - decorridos os prazos previstos nos incisos anteriores, se a Câmara Municipal ainda não tiver votado as contas, a mesma deverá ser obrigada, no Orden do Dia da sessão imediatamente posterior, ficando sobrestada se o debate prévio não tiver sido final;

§ 1º - O resultado do julgamento será processado sob a forma de Decreto Legislativo;

§ 2º - Quando o julgamento não for conclusivo, a Câmara Municipal poderá emitir parecer que será promulgado e publicado segundo os procedimentos deste Regimento Interno;

§ 3º - Poderá a Comissão, em fase dos questionamentos, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento de Tribunal de Contas, se as informações não foram prestadas ou reputadas insuficientes;

§ 4º - Quando respondido os pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e solicitar, bem como mediante entendimento prévio com o prefeito, examinar quaisquer documentos constantes no Prefeitura;

Art. 4º - O artigo 232 da Resolução nº 04/2006 de 28.11.2006, passará a ter a seguinte redação:

Art. 232 - O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado deverá ser enviado por decisão de 2/3 (dois terços) das sessões da Câmara Municipal.

§ Único - Se as contas forem rejeitadas, o autor será imediatamente remetido ao Ministério Público e a Justiça Eleitoral, para os devidos fins.

Art. 5º - O artigo 233 da Resolução nº 04/2006 de 28.11.2006, passará a ter a seguinte redação:

Art. 233 - Nas sessões em que se devam discutir o relatório do Município, o expediente se reduzirá em três minutos e a Ordem do Dia será discutida também, se não houver matéria.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paraná, 07 de ABRIL de 2015

JOSE CARLOS DOS SANTOS
- PRESIDENTE -

TAIYLA SILVERIO DOS SANTOS
- 1ª SECRETARIA -

**CONSELHO MUN
DA CRIANÇA E I
CRUZEIR**

[illegible]

PREFETURA MU

Estado do Paraná
REPÚBLICA DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1313/20
DO MUNICÍPIO DE PEROBAL
 Estez em sua sede, está na Praça
 PREGÃO, na forma de Edital, o
 objeto: Contratação de empre-
 sa para fornecimento de materiais
 diversos de veículos e maquinário
 conforme quantitativos e especi-
 ficações, Anexo I, Anexo II e
 Anexo III, da PRESENTURA, Quarta-Fei-
 ra, 12/03/2020, às 14h30min.
REGISTRO APLICAVEL Lei 13.131/2007.
 Será fornecida cópia do Edital e
 do Edital de Pregão, para solici-
 tar ao local de Perobal, sem nenhum
 custo de encerramento, devendo
 o registro mantido até 12h30min
 do dia 12/03/2020, às 13h30min
 e a Prefeitura Municipal de PE-
 ROBAL, sob o nome de
JEFFERSON CASSIO PIRES
SECRETÁRIO MUNICIPAL
SIDNEY RAFAEL ALVES
 Pregão

Estado do Paraná
Processo nº 072/2015

Depreto nº 00322/01
 Ementa: Depois sobre o reequi-
 lização provisória.
 Preâmbulo: Eu, Alexandre Lúcia
 Orgânica do Município s. e Lei
 Considerando que os servidores
 todos os requisitos para a eleva-
 2.066/2 013 - Estrutura Orgânica
 Considerando pontualmente o
 do Paraná
 Determino
 Art. 1º - Fica aprovado a parte d
 - lação parte deste todos n
 Art. 2º - O servidor que não
 fundamentado ao Prefeito Mu
 Art. 3º - O presente inatimene
 Publique-se, registre-se, cumpra
 Balcão de Prefeitura Municipal
 Alexandre Lúcia
 Prefeito Municipal
 Nome:

Adair Araújo Neto
 Izabel Bernardino
 Jurdon Monteiro de Sá
 Lúcia Lopes Lima
 Marcelo Helaine F. D'Otto
 Maria Lucia P. Diniz
 Maria Sônia S. de Oliveira
 Milton Vital de A. Paz
 Nivaldo de L. D'Almeida
 Romão dos Santos
 Voveli Alves Mattos
 Helio Gaspar da Silva
 Rosângela M. Conceição
 Rosângela Pereira S. Teixeira
 Lúcia M. da Conceição Silva
 Leônides Azeiteiro Santos
 Lucila Rodrigues Cardoso
 Márcia Helena Carrazo
 Adenilson José de Melo
 Lúcia Carlos M. Garoto
 Sandra Regina Fonseca
 Ivanilde Andreia Dias
 Valmir A. da Silva
 Daisy Aparecida Furten
 Lúcia Zardo
 Izabela Araújo dos Santos
 Luiz Rogério Menezes
 Márcia Ramos Ennio
 Eliane Araújo
 José Luciano de Almeida
 Marli Schwenberg
 Roberto Sidney Taub
 Walter José L. de Oliveira
 Maria Aida Sousa
 José Maurício de Oliveira
 Mônica R. Winter
 Emme Lúcia Q. Schweg
 Marli Guimarães Schweg
 Elmausa Torquato Carneiro
 José Roberto de Almeida
 Adriana de F. Bragança
 Aloisio A. Furten
 Gastão Ceccon Espinosa
 Paulo P. Passos
 Valdir Elias de Paiva
 Paulo Brasil O. de Lucena
 Daniel Sanchez
 Jairo Pereira
 Wilson Amaral da Silva
 Valdeci R. Almeida
 Valdeci Benício
 Reginaldo Tomaz
 Neli Kleban
 Edgar Nunes de Souza
 Antônio Sander